

O exercício de compreensão do mundo em Hannah Arendt: um olhar biográfico¹

The exercise of understanding the world according to Hannah Arendt: a biographical perspective

Natália Ferrarini Giopato²

RESUMO: O presente artigo tem como mote o lugar do pensar em Arendt e se propõe a articular algumas noções e conceitos da pensadora ligadas ao seu esforço e exercício de compreensão do mundo e sua busca de sentidos para os fenômenos existentes. Aqui, trabalha-se com o entendimento que a inclinação da autora por tentar compreender as coisas e assim fazer uma leitura mais alargada da realidade vincula-se à sua trajetória pessoal e acadêmica. Como respaldo biográfico, repousamos nossa atenção em *Hannah Arendt, for love of the world* (1982), de Elisabeth Young-Bruehl. Ademais, destaca-se o referencial dos *Escritos judaicos* (2016), tendo sido selecionado como recorte possível de análise, o artigo *Paz ou armistício no Oriente Médio*, escrito em 1948, de modo a contemplar os esforços de Arendt ao pensar a questão judaica ante as problemáticas de seu tempo. Pensando a questão judaica e o momento histórico a ela vinculados, não há como separá-los da própria história de Arendt, que acompanhou a formação do Estado de Israel e o recrudescimento das tensões na Palestina. Qual era o lugar dos judeus? Nesse questionamento buscamos angariar um espaço de discussão que observe a importância que a pensadora atribui à esfera pública, à ideia de ocupação política, entre outras noções similares, como profundamente atreladas à sua condição judaica.

PALAVRAS-CHAVE: Biografia; Hannah Arendt; condição judaica.

ABSTRACT: The theme of this article is the place of thought according to Hannah Arendt. It proposes the articulation of some notions and concepts used by Arendt in connection to her restless exercise in understanding the world and her quest for meaning to the existing phenomena. We understand that the philosopher's inclination to reach an encompassing comprehension of things and a broader reading of reality is closely tied to her personal and academic trajectory. To support our biographical approach, we rely on Elisabeth Young-Bruehl's *Hannah Arendt: for love of the world* (1982). In addition, *The Jewish Writings* (2016) is a key bibliographical reference, from which we have chosen the article "Peace or armistice in the Middle East", written in 1948, as a possible framework to reflect upon Hannah Arendt's effort to make sense of the Jewish question in

1 A elaboração desse artigo pautou-se na comunicação de mesmo título apresentada no *XIV Encontro Internacional Hannah Arendt*, em 2023, realizado na Universidade Federal de Viçosa (UFV).

2 Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal do ABC (UFABC), em processo de desenvolvimento da pesquisa "O pensar em Hannah Arendt e suas relações com a Educação: uma pensadora guiada pelo desejo de compreender", sob orientação da Profa. Dra. Suze de Oliveira Piza. Licenciada em Pedagogia e Mestra em Filosofia e Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), com dissertação intitulada "As fontes greco-romanas no pensamento político-pedagógico de Rousseau". Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Santo André.

the face of the challenges of her time. When it comes to the Jewish question in the context of her historical moment, it is not possible to separate it from Arendt's own life story, which accompanied the creation of the State of Israel and the escalation of tensions in Palestine. What is the place of the Jews? By addressing this question, we aim to foster a space of discussion that acknowledges the importance given by Arendt to the public sphere, to the idea of political occupation and other related notions, as deeply linked to her Jewish condition.

KEYWORDS: Biography, Hannah Arendt, Jewish condition.

INTRODUÇÃO

Hannah Arendt, cuja vida perpassou as duas guerras mundiais, nasceu em 1906 na cidade de Hanôver, Alemanha. De uma família tradicional de origem judaica de Königsberg, já adolescente demonstrava interesse pela Filosofia e pelos clássicos. Em Berlim, iniciou seus estudos acadêmicos em filosofia, teologia e grego. Nos primeiros anos de sua juventude, conhece e envolve-se com Heidegger. Durante o regime nacional-socialista, Heidegger adere ao nazismo, o que leva Arendt a contestá-lo e a criticá-lo³. Vincula-se a uma associação de sionistas e colabora ativamente na coleta de informações de documentos antissemitas divulgados na área acadêmica, documentos estes que não eram acessíveis para além das fronteiras do país. Devido a esse serviço, que seria uma espécie de espionagem, ela é presa e, liberada oito dias depois, foge da Alemanha e vai para a França. Engajando-se ainda mais no movimento sionista, começa a ajudar crianças e adolescentes judeus a migrarem para a Palestina auxiliando-os a fugir da perseguição nazista, tendo trabalhado para organizações como Youth Aliyah.

Nesse período, já bastante decepcionada com grande parte dos intelectuais que estavam ligados à ideologia nazista, decide afastar-se da vida acadêmica. Por ocasião da invasão na França pelos nazistas, Arendt é encaminhada para um campo de internamento, mas consegue fugir. Pouco tempo após sua chegada nos Estados Unidos, em 1941, toma ciência das atrocidades que aconteciam em Auschwitz e retoma sua trajetória acadêmica escrevendo artigos sobre a perseguição aos judeus e outras questões atreladas à condição judaica. Dez anos depois, em 1951, lança as *Origens do totalitarismo* (1989). Esses breves e pontuais recortes biográficos aqui destacados têm como objetivo principal ilustrar como esses eventos ocorridos na vida de Arendt a marcaram

³ Como podemos identificar na sua obra “A vida do espírito” (ARENDR, 2000 p. 45): não basta ter conhecimento, é possível ser inteligente e não pensar, produzir conhecimentos e não refletir – podemos aqui considerar a distinção kantiana entre intelecto e razão.

profundamente, influenciando-a diretamente na composição de seus escritos e na constituição de sua visão de mundo. Na obra supracitada, observamos o esforço da autora em tentar compreender a história dos movimentos totalitários e seus fenômenos, mais especificamente, da Alemanha nazista e da Rússia stalinista, bem como avaliar se elementos totalitários perduram⁴, mesmo após o fim desses regimes políticos.

Sem ignorar as suas raízes identitárias, em muitos momentos a autora declarou suas opiniões e seu posicionamento como intelectual equidistante, reforçando as suas características de pensadora independente. Algumas de suas ideias apresentadas entre os anos 1940 e 1950 causaram polêmicas e reforçaram o afastamento da comunidade judaica aos posicionamentos de Arendt. Dentre elas, a oposição da autora à prevalência político-cultural judaica, quiçá excludente de uma população que já era nativa da Palestina, bem como a crítica a uma arquitetura econômica isolada. Aqui, tendo em vista o repertório conceitual da autora, lembremos do conceito de pluralidade como condição política. Ao propor um Estado binacional árabe-judeu e a divisão compartilhada de governos autônomos locais mistos, atentemos para a convergência desse conceito, considerando igualmente a correspondência em termos de identidade da autora em sua relação com o judaísmo, constituinte no desenvolvimento de seu arcabouço teórico.

Em *Paz ou armistício no Oriente Médio* (2016), Arendt inicia discutindo que a paz no Oriente Médio não se tratava de uma questão relevante apenas para o Estado de Israel, mas que se estendia ao povo árabe e ao mundo ocidental. Refratária ao armistício, reforça que “a paz não pode ser imposta de fora; ela só pode ser o resultado de negociações, compromisso mútuo e acordo final entre judeus e árabes” (ARENDR, 2016, 699). Nesse caso, analisemos a ideia de paz como resultado de um processo, uma paz que é paulatinamente constituída. Seria possível engendrar esse tipo de cenário sem vislumbrar um mundo comum entre os atores? O encurtamento do caminho para a paz genuína pela guerra seria, então, um equívoco, que promoveria o aumento da hostilidade a Israel. Como afirma no início de seus apontamentos, “A esterilidade cultural e política de nações pequenas e completamente militarizadas foi suficientemente demonstrada pela história” (ARENDR, 2016, p. 702).

TENSÕES E IMPASSES NA PALESTINA

No contexto abordado por Arendt, a quantidade de judeus no assentamento da Palestina era como uma ilha em meio a um mar árabe. Assim, a força e a guerra como estratégias israelenses naquele período, não eram capazes de resolver o impasse entre os povos. A autora coloca-se em

⁴ Como “correntes subterrâneas da história”, nas palavras de Arendt, e dos riscos do que poderia delas emergir.

defesa da construção de “um entendimento de interesses comuns” (ARENDR, 2016, p.700), possibilitado por um trabalho de cooperação nos âmbitos político e econômico. Desfocados pelo imperialismo britânico, Arendt destaca como, cada um inclinado ao seu próprio interesse, desvirtuou-se “das realidades vitais da região como um todo”, desconsiderando-se mutuamente na política do Oriente Médio.

O “sentimento de impulso histórico” (ARENDR, 2016, p.708), como uma reparação histórica, sentido pelos judeus na assimilação da guerra e na necessidade por vitória, teria os conduzindo à recusa de qualquer compromisso em relação aos árabes, ao sustentar suas reivindicações de cunho nacionalista. Por outro lado, na política árabe, não esmorecendo diante das derrotas, seguiram reivindicando a propriedade da região e recusando reconhecer o Estado de Israel. Para os árabes, um povo não deveria ser perseguido na tentativa de favorecer outro. Como bem coloca Arendt, o que ocorria era uma “recusa mútua de levar a sério um ao outro” (ARENDR, 2016, p.707). Se para os árabes parecia um desafio aceitar as derrotas, apesar da esmagadora maioria, para os judeus palestinos, a dificuldade era compreender a si mesmos como permanentemente ameaçados por vizinhos hostis. Ambos almejavam cada qual seu Estado unitário, com a possibilidade de concessão de alguns direitos à minoria judaica ou árabe. Adicionalmente, para os judeus, estava projetada a transferência de árabes para os países vizinhos.

Arendt elenca algumas explicações possíveis para a dificuldade ou mesmo para o “fracasso de árabes e judeus em considerarem um vizinho próximo como um ser humano concreto” (ARENDR, 2016, p.709); tal dificuldade podia ser exemplificada pela estrutura econômica regional separada em setores de modo estanque. A esse respeito, a autora sinaliza que a economia judaica poderia em algum momento precisar dos mercados árabes. Outro fator relevante mencionado, é o do apoio financeiro externo em larga escala, que reforçava a indisposição de árabes e judeus a pensarem um cenário de cooperação econômica. Nesse contexto, a inclinação nacionalista irrefletida participa como outro elemento dificultador no estabelecimento de uma relação amistosa entre os povos. A comunidade judaica na Palestina almejava um “país sem povo” ao ocupar o território palestino, envolvida que estava no estabelecimento de uma população urbana em uma região pobre e desértica. À margem desse processo de ocupação, a população nativa foi paulatinamente desconsiderada.

O governo britânico, por sua vez, não teria somado forças atuando na aproximação efetiva dos povos, ou na promoção de vida dos árabes palestinos. Ao colocarmos em pauta a faculdade do

pensar, podemos compreender os apelos nacionalistas como mecanismos dificultadores no processo de construção de outros cenários possíveis na política, e como tais discursos ideológicos reduzem as possibilidades de articulação política.

Explicações ideológicas são aquelas que não se ajustam à realidade, mas servem a algum outro interesse ou motivo oculto. Isso não significa que ideologias são ineficientes em política; ao contrário, seu próprio impulso e o fanatismo que elas inspiram frequentemente derrotam considerações mais realistas. [...] Por razões ideológicas, os judeus não viram os árabes, habitantes do lugar que deveria ser uma região vazia para se adequar às ideias preconcebidas de emancipação nacional. Devido ao romantismo ou a uma completa inabilidade para compreender o que estava de fato se passando, os árabes consideraram os judeus como invasores à maneira antiga ou como instrumentos imperialistas de vanguarda. (ARENDR, 2016, p. 718).

Habitar o mesmo território não garante a efetivação da pluralidade no reconhecimento do outro. O compartilhamento de histórias, culturas e possibilidades é pedra angular para a promoção de um espaço para a ação, para o discurso e para a política em Arendt, num mundo comum que é plural e de representações plurais⁵. Mundo este, não esqueçamos aqui, que Arendt viu ruir nos cenários de guerra, perseguição e desmantelamento da política. Por sinal, o alargamento do pensamento, da capacidade de reflexão e compreensão, exige a consideração de outras formas de existência. Ao pensar a pluralidade como a possibilidade de “viver como um ser distinto e único entre iguais” (ARENDR, 2015, p. 220-221), tal condição exigiria que os atores políticos se percebessem em iguais condições de existência, ação e legitimação de suas identidades. Sendo o ser humano capaz de agir, isso significa, em Arendt, “que se pode esperar dele o inesperado” (ARENDR, 2015, p. 220-221) dada a singularidade humana a cada novo nascimento:

A ação, única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo. Embora todos os aspectos da condição humana tenham alguma relação com a política, essa pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* - de toda vida política. (ARENDR, 2015, p. 9).

Como contraponto aos encaminhamentos ideológicos, Arendt traz as exceções históricas vinculadas à tradição não nacionalista. Dentre os exemplos, como o Tratado da Amizade de 1919, é citada a conferência de Damasco, ocorrida em 1913, na qual discutiu-se como a opressão turca sofrida pelos árabes estabelecia pontos em comum com os judeus. Em 1922, na conferência de Cairo, representantes árabes mostraram-se dispostos a concordar com a imigração judaica na

5 Arendt retoma o conceito de “mentalidade alargada” de Kant para enfatizar o movimento autorreflexivo do pensamento, do “alargamento do espírito” que considera a interação com o pensamento dos outros e os seus diferentes pontos de vista, pelo uso da imaginação. A mentalidade alargada pode ser entendida como a capacidade de pensar representativamente (ARENDR, 1993, p. 56).

Palestina. Para a autora, o desafio e o caminho era canalizar a concordância e as ideias em “instituições políticas construtivas” (ARENDT, 2016, 721), em uma política comum.

Ao comentar o discurso proferido em 1948 por Charles Malik, representante do Líbano nas Nações Unidas no ano em questão, que alertou sobre o desserviço das grandes potências ao sustentar uma política de *fait accompli* (fato consumado), Arendt aponta como esses estadistas estavam distantes da tarefa fundamental de promoção de “uma compreensão razoável, eficaz, justa e duradoura com os árabes” (ARENDT, 2016, p. 722). O primordial seria auxiliar os dois povos a não permanecerem alienados um do outro. Complementar ao discurso de Malik, foi o de Judah Leon Magnes, judeu palestino, rabino reformista e ex-reitor da Universidade Hebraica que, reconhecendo a Palestina como terra santa e direito histórico para árabes e judeus, destacou que as bases para um Estado binacional já existiam, o que significaria igualdade política para ambos e direito à imigração. Ademais, Magnes entendia como favorável para os árabes palestinos a participação destes em uma federação no Oriente Médio.

Que grande feito para a humanidade seria se judeus e árabes palestinos se esforçassem juntos, com amizade e parceria, para fazer desta Terra Santa uma Suíça próspera e pacífica no coração da antiga estrada entre Oriente e Ocidente. Isso exerceria uma incalculável influência política e espiritual sobre todo o Oriente Médio e mesmo além dele. Uma Palestina binacional poderia se tornar um farol da paz no mundo. (ARENDT, 2016, p. 723).

A alternativa à cooperação, diante dos encaminhamentos que se davam, seria a guerra. Alternativa esta que não interessaria à política. Aqui poderíamos entender a cooperação como a possibilidade de orquestrar, no entendimento do que é a política para Arendt, um espaço entre, de engendrar um espaço comum em que a ação em concerto seja viável. A “liberdade característica do agir” e de se construir um novo começo, para Arendt, não poderia prescindir da participação de outros: “É verdade que o agir também jamais pode realizar-se em isolamento, porquanto aquele que começa alguma coisa só pode levá-la a cabo se ganhar outros que o ajudem” (ARENDT, 2002, p. 22). De fato, o mundo que se deixa como legado, comum e compartilhável, é uma questão cara para a pensadora, que preza tanto pelo exercício de compreendê-lo a partir dos fenômenos existentes⁶, como discute que é por meio da ação, na política, que se engendra a sua permanência e conservação.

⁶*Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (1999) é uma obra bastante representativa da análise fenomenológica arendtiana. Ao observar a postura e o modo como o réu justificava sua participação no que levaria à morte milhares de judeus, sem demonstrar o entendimento da gravidade das suas ações, a autora mobiliza o leitor a questionar-se sobre as consequências do não pensar, ou a da falta de uma “mentalidade alargada”, marcada pela ausência da imaginação. Para a autora imaginação é pré-condição para uma compreensão reflexiva.

UM MUNDO COMPARTILHÁVEL E A SOBREVIVÊNCIA DA POLÍTICA

Na esteira da tradição não nacionalista, Arendt discorre sobre duas instituições: a Universidade Hebraica, pautada na predominância do saber, e os assentamentos rurais coletivos, ambas embasadas, conforme destaca, nos princípios da universalidade e da paixão por justiça. Essa tendência remonta a Ahad Haam, que vislumbrava a Palestina como centro cultural judaico, para o qual o desenvolvimento espiritual dos judeus não exigiria homogeneidade étnica e soberania nacional (ARENDR, 2016, p. 724). Os assentamentos coletivos, influenciados pelo sionismo de Ahad Haam, cresceram a partir do socialismo do leste europeu. Como nova forma de economia agrícola com cooperativa de trabalhadores, representava “o desejo de construir um novo tipo de sociedade, na qual não haveria exploração do homem pelo homem” (ARENDR, 2016, p. 725).

O espaço da Universidade Hebraica como espaço do saber, propulsor de personalidades judaicas não nacionalistas, sustentáculo do desejo da cooperação de árabes e judeus e recinto privilegiado da reflexão sobre as possibilidades na política, aponta para a faculdade do pensamento como alternativa às distorções ideológicas de cunho nacionalista. Na penúltima seção do texto, *Os resultados da guerra*, Arendt lamenta os eventos terem se encaminhado “sem qualquer influência das vozes que se ergueram sob o espírito de compreensão, compromisso e razão” (ARENDR, 2016, p. 727).

O pensamento permitiria ao homem adentrar e desmascarar as aparências (ARENDR, 2000, p. 42), pois a própria necessidade da atividade do pensamento, que está além do raciocínio do senso comum, jamais poderia “ser exaurida pelos insights dos ‘homens sábios’ (ARENDR, 2000, p. 49). Arendt enfatiza que é no espaço entre o passado e o futuro que podemos encontrar um lugar no tempo ao pensar, quando conseguimos nos distanciar suficientemente do passado e do futuro. O ser humano estaria, então, em posição de descobrir o seu significado, como juiz diante “das múltiplas e incessantes ocupações da existência humana no mundo” (ARENDR, 2000, p. 158) e dos enigmas que a existência humana a ele impõe. Para a pensadora, cada novo ser humano e cada nova geração que compreende “estar inserido entre um passado infinito e um futuro infinito”, está em condições de caminhar pela trilha do pensamento, a “trilha de não tempo”, aberta pela própria faculdade do pensar.

Ao se pensar a vinda de novas gerações nesse mundo compartilhável, referenciamos dentre os estudos e contribuições disponíveis na Filosofia da Educação, o professor José Sérgio Fonseca de Carvalho, que vem nos últimos anos produzindo na área. Em *“Educação, uma herança sem*

testamento: diálogos com o pensamento de Hannah Arendt”, obra que perfaz a trama conceitual dessa pensadora que, advinda do campo do pensamento político, suscita reflexões sobre a educação ainda atuais, Carvalho discute referências contemporâneas sobre a temática. Já Vanessa Sievers de Almeida, em “*Amor mundi e educação: reflexões sobre o pensamento de Hannah Arendt*” (2009), dialoga em seu capítulo “Pensar e conhecer o mundo” com conceitos como os de ação e pensamento de modo próximo com Roberta Crivornica, que em “*As narrativas da Vida do Espírito e Educação em Hannah Arendt*” (2017), coloca em evidência *A Vida do Espírito* (2000). Em sua tese, a autora busca conferir sentidos às faculdades do pensar, querer e julgar, compreendendo-as em sua relação com o âmbito da política e da pluralidade humana. No desenvolvimento de sua tese, Roberta Crivornica vai, em cada capítulo, tecendo comentários e análises a respeito das influências de Sócrates, Agostinho e Kant nos escritos de Arendt, elaborando seu entendimento da leitura muito própria que a autora faz de cada um deles.

Como pensadora judia, é interessante destacar o lugar da memória para uma comunidade cuja identidade depende da história compartilhada e narrada. Na esteira kantiana, Arendt entende que à imaginação, ou ao pensamento alargado, caberia a construção de pontes entre o passado e o futuro, e que imaginar possibilitaria à mente reunir e decifrar dados, bem como compreender a multiplicidade das experiências humanas, viabilizando assim o reconhecimento do novo e sua representação no pensamento. O espaço angariado pela imaginação, inclusive, nesse exercício reflexivo de compreensão, poderia propiciar meios para a reconciliação com o mundo. Como ressalta Veronica Vasterling: “Em Arendt, a imaginação é a capacidade de transformar a percepção material, experiência e memórias em objetos da reflexão”. (VASTERLING, 2020, p. 218) A autora também explica que Arendt, assim como Heidegger e Gadamer, distingue a compreensão preliminar, que seria acrítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira metade do século XX, a obtenção do Estado soberano pelos judeus resultou na fuga de mais de quinhentos mil árabes dos territórios dominados, cunhando assim uma nova categoria de povo apátrida, a saber, a dos refugiados árabes. A alternativa à balcanização (nacionalista) seria uma federação regional, ou a possibilidade de uma confederação Palestina que englobasse as duas entidades políticas de modo independente. Em favor da confederação, é comentada a necessidade de um acordo para reassentamento dos deslocados árabes. O que também

representaria um caminho para que Israel não ficasse isolado em meio ao mar árabe (ARENDR, 2016, p. 734).

No entanto, em um mundo como o nosso, onde a política em alguns países superou a imoralidade esporádica e entrou em um novo estágio de criminalidade, a moralidade intransigente mudou repentinamente sua função e, em vez de simplesmente manter o mundo junto, tornou-se o único meio através do qual a verdadeira realidade, oposta às situações factuais essencialmente efêmeras criadas por crimes, pode ser percebida e planejada. Só se pode confiar algo sério como os interesses permanentes e a sobrevivência política de uma nação àqueles que ainda são capazes de desconsiderar as montanhas de poeira que emergem do nada da violência estéril e nela desaparecem. (ARENDR, 2016, p. 729).

Ante a violência e a esterilidade, a sobrevivência da política e a quebra de um processo automático a que a história e as sociedades poderiam estar fadadas, não fossem a natalidade e a possibilidade de renovação do mundo, dialoga com o que aqui buscamos destacar: a valorização da autora da faculdade de pensar, do potencial humano de refletir e, por meio da ação, operar com a possibilidade de quebra de ciclos de reprodução.

Em meio a essas contribuições, este artigo intenciona avançar na análise da constituição hermenêutica arendtiana frente à sua trajetória, marcada por duas guerras mundiais e pela ascensão do regime nazista, bem como por seu contraponto de análise a respeito da responsabilidade pelo mundo e pelas novas gerações que nele chegam e, com elas, a possibilidade de renová-lo como uma aposta frente à condição presente.

Ademais, pretendeu-se percorrer um caminho teórico que possibilitasse mobilizar as perspectivas interpretativas de Hannah Arendt e colocá-las em diálogo com suas ideias sobre o pensar, a pluralidade e o mundo comum. Especificamente, propõe-se que um olhar biográfico é capaz de potencializar uma compreensão mais robusta da gênese e formulação de seus conceitos e ideias, bem como noções complementares a esta vinculação teórica, indicando novas possibilidades de leitura e entendimento desses conceitos no conjunto da obra arendtiana. Aqui, entendemos que o movimento reflexivo de Arendt ao se dispor a pensar sobre os eventos históricos a ela contemporâneos, corresponde a um movimento de reconciliação, posicionamento e responsabilidade pelo mundo.

“*Paz ou armistício no Oriente Médio*” (2016) é um dentre vários escritos de Arendt que permanece relevante no contexto atual. Em muitas de suas obras, algumas já citadas ao longo do artigo, mobilizamos conceitos e reflexões que podem auxiliar no entendimento de questões e problemáticas atuais, identificando em Arendt um vasto repertório de referências e ferramentas para aqueles que, em companhia da autora, exercitam a faculdade do pensar. A profundidade e complexidade do seu pensamento ao escrever sobre as questões políticas de seu tempo em interface

com o pensar e a pluralidade, fornecem ao leitor um arcabouço teórico para que, com ela, possam alargar o espírito e a capacidade de compreensão dos fenômenos existentes.

Em *tempos sombrios*, reforçamos o valor acadêmico de colocar temáticas de Arendt em pauta. Nessa produção escrita, pretendeu-se centralizar o pensamento da autora avançando em sua hermenêutica a partir do lugar do exercício do pensar em alguns de seus escritos, bem como de sua constituição biográfica. No conjunto de textos e pesquisas existentes, a partir de um recorte e análise pontuais, buscamos ampliar as possibilidades de leitura e interpretação referentes a essa relação que se deseja elaborar, qual seja, do exercício de compreensão de Arendt a respeito dos fenômenos por ela observados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. **Amor mundi e educação**: reflexões sobre o pensamento de Hannah Arendt. 2009. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: Acesso em: 10 de maio 2021.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução R. Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

_____. **A vida do espírito**. Tradução Antônio Abranches e Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

_____. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. **Escritos judaicos** [Tradução de Laura Degaspere Monte Mascaro, Luciana Garcia de Oliveira e Thiago Dias da Silva]. Barueri, SP: Amarylis, 2016. 895 páginas.

_____. **Lições sobre a filosofia política de Kant**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

_____. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O que é Política?** Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. **Educação, uma herança sem testamento**: diálogos com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2017.

CRIVORNCICA, Roberta. **As narrativas da Vida do Espírito e Educação em Hannah Arendt**. 2017. 152 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: Acesso em: 14 abr. 2021.

VASTERLING, Veronica. **Hermenêutica política**: a contribuição de Hannah Arendt à hermenêutica filosófica. Tradução de Political Hermeneutics: Hannah Arendt's contribution to Hermeneutic Philosophy, de Veronica Vasterling, IN: WIERCINSKI, A. 16 (ed.), Gadamer's Hermeneutics and the Art of Conversation. Berlin: Verlag, 2011, p. 571- 582. Tradução de José Valdir Teixeira Braga Filho. Argumentos, Fortaleza, n.º 24., p. 212-222. 2020.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. **Hannah Arendt**: For love of the world. New Haven; London: Yale University Press, 1982.